ISSN: 2358-8829

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E O NEOLIBERALISMO: UMA DÉCADA EM RECORTE NA BDTD

Hemetério Segundo Pereira Araújo [1]
Patrícia Campêlo do Amaral Façanha [2]
Solonildo Almeida da Silva [3]

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o trabalho docente no Brasil tem sido profundamente afetado pelas transformações estruturais decorrentes da expansão da racionalidade neoliberal, que, ao infiltrar-se nas políticas educacionais, redefine o papel da escola, do professor e dos processos formativos (Frigotto, 2019).

Ao tratarmos da entrada do neoliberalismo no Brasil, tratamos de algo que vem afetando todos os entes que o compõe; um avanço voraz que atinge não apenas os que estão na sala de aula, mas a própria estrutura da nossa educação (Oliveira, 2004).

A docência, nesse contexto, torna-se progressivamente precarizada, marcada pela intensificação das jornadas, pela multiplicidade de funções e pela pressão por resultados. O fenômeno da precarização docente não é isolado: ele se insere em um movimento global de flexibilização do trabalho e de mercantilização da educação (Laval, 2019).

O presente artigo tem por objetivo examinar os reflexos dessa precarização na literatura acadêmica brasileira, a partir de uma revisão bibliométrica na BDTD, no período de 2014 a 2024.

Aqui direcionamos nossa atenção ao que pesquisadores de todo o país publicaram como resultado de seus estudos a nível de pós-graduação Strictu Sensu a respeito da precarização do trabalho de professores no Brasil.

Ao final, trazemos um extrato acadêmico/científico com informações relevantes acerca das referidas produções encontradas, reforçando ainda mais a importância de abrirmos os olhos ao mundo que está a nossa volta.

[1] Doutorando em Ensino pelo Instituto Federal do Ceará - IFCE, hemet.two@hotmail.com;
[2] Doutoranda em Ensino pelo Instituto Federal do Ceará - IFCE, patriciacampelo12@gmail.com;
[3] Professor Orientador: Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará - UFC, solonildo@ifce.edu.br.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliométrica (Prodanov; Freitas, 2013) de produções acadêmicas disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) que atenderam aos descritores: precarização, trabalho docente e neoliberalismo.

Aqui recortamos a produção acadêmica da última década (2014-2024) presente na BDTD, utilizada por ter acesso público e integrar os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil.

O referido recorte temporal (2014-2024), abrangeu um período histórico de nosso país, marcado por intensas reformas educacionais e por um consequente aprofundamento das políticas neoliberais no Brasil.

Como estratégia de elaboração, adotamos a revisão bibliométrica (Prodanov; Freitas, 2013) para quantificar e mapear cada um dos 76 trabalhos de pesquisa encontrados, entre teses, dissertações e relatórios, no período em questão.

Os critérios de inclusão aqui adotados consideraram trabalhos pertencentes aos mais diversos programas de pós-graduação do país, publicados no período de análise (2014-2024), tanto a nível de mestrado, quanto de doutorado.

Assim, após todas as leituras e a devida sistematização, os dados encontrados foram organizados em cinco eixos da análise: publicações por ano, por região, por palavras-chave, por referências e por autores utilizados.

REFERENCIAL TEÓRICO

A literatura crítica sobre neoliberalismo e educação aponta que as reformas educacionais implementadas desde a década de 1990 no Brasil foram fortemente influenciadas por organismos multilaterais, como Banco Mundial e OCDE. Essas reformas introduziram na escola uma lógica de mercado, segundo a qual o professor é avaliado por sua produtividade, e a escola é gerida como empresa (Laval, 2019).

Segundo Oliveira (2004), diferente da ideia de educação como meio seguro e capaz de promover a mobilidade social de indivíduos ou de grupos, vivenciada em nosso país a partir dos anos de 1960, passou a vigorar a ideia de educação como meio para a promoção da equidade social, a partir das já referidas reformas vivenciadas nos anos de 1990.

Identificamos ainda a expressão “transformação produtiva com equidade”, que traduz o argumento central dessas reformas em nosso país, presente no conjunto de estudos elaborados por organismos internacionais ligados à ONU (Oliveira, 2004).

Frigotto (2019) argumenta que o neoliberalismo promove uma inversão ideológica ao responsabilizar o indivíduo pelo sucesso ou fracasso escolar, ocultando as determinações sociais que estruturam as desigualdades. Antunes (2018) amplia essa análise ao relacionar a precarização docente à reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo, marcada pela terceirização e pela flexibilização das relações de trabalho.

Apple (2017) e Ball (2020) discutem a hegemonia da performatividade, que converte a docência em um campo de medição constante. Gentili (2021) critica esse modelo por desumanizar o trabalho docente e comprometer seu sentido ético-político. Já Saviani (2017) reafirma a importância de compreender a docência como práxis social, que articula conhecimento, valores e compromisso com a emancipação humana.

Com a intensificação e a flexibilização do trabalho docente pelo neoliberalismo, professores são submetidos à gestão por resultados, com pouco tempo para o planejamento pedagógico e para a reflexão crítica, testemunhando a introdução da cultura do accountability (Ball, 2020).

Com isso, fundamentamos nossa pesquisa no entendimento de que a precarização do trabalho docente não é apenas uma consequência econômica, mas um projeto político de reconfiguração da educação sob a lógica do capital.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nosso levantamento bibliográfico identificou na referida base de dados (BDTD), conforme descritores e critérios já especificados, 49 dissertações de mestrado e 27 teses de doutorado, provenientes de diversos programas de pós-graduação de todo o país. Esses provêm, em sua maior parte, de programas da área de educação, representando, respectivamente, 60% (29 registros) e 63% (17 registros) do total correspondente.

Para as dissertações, além da área de educação, encontramos 12% (6 registros) do serviço social, enquanto outros 16% (8 registros), equitativamente, da educação profissional em saúde, geografia, história e psicologia, e ainda outros 12% (6 registros), também equitativamente, da administração, direito, educação física, sociologia, tecnologia e sociedade, e interdisciplinar em humanidades.

Para as teses, além da educação, 15% (4 registros), equitativamente, das ciências sociais e do serviço social, e ainda outros 22% (6 registros), também de forma equitativa, das ciências e letras, administração, geografia, história, políticas públicas e sociologia.

No primeiro eixo de análise, publicações agrupadas por ano, 2023 se destacou com 10 dissertações e 7 teses, seguido de 2024 com 9 dissertações e 2 teses, e 2021 com 4 dissertações e 5 teses, compondo os três maiores registros encontrados no período.

Nesse ínterim, seguem os demais anos, em sequência decrescente; 2015 com 5 dissertações e 2 teses, 2016, 2018 e 2019 com, equitativamente, 4 dissertações e 1 tese, 2017 e 2020 com, equitativamente, 3 dissertações e 2 tese, e, ainda, 2014 com 2 dissertações e 2 teses. Finalmente, em 2022, registramos apenas 1 dissertação e 2 teses.

No segundo eixo de análise, publicações agrupadas por região, destacamos o Sudeste, com 20 dissertações e 13 teses, seguido do Nordeste, com 12 dissertações e 8 teses. Seguem, em ordem decrescente, o Sul com 10 dissertações e nenhuma tese, o Centro-Oeste, com 4 dissertações e 4 teses, e, o Norte, com 3 dissertações e 2 teses.

Vale destacar no Sudeste, a UNESP foi a Instituição de Ensino Superior/IES que mais publicou esses estudos, totalizando 5 dissertações e 3 teses. No Nordeste a UFPE e a UFBA, publicaram, respectivamente, 3 dissertações cada. No Sul a UFSM, a UFRS e a UEL, totalizaram, equitativamente, 2 dissertações cada. No Centro-Oeste a UFGO e a PUC-GO, que publicaram, respectivamente, 2 dissertações pela UFGO e 2 teses pela PUC-GO. No Norte a UFAM, totalizou 2 dissertações e 2 teses. Vale ressaltar ainda que as IES do Sudeste publicaram seus trabalhos regularmente em todos os anos, exceto em 2014, feito repetido também pelas IES do Nordeste, que só não publicaram em 2019.

No terceiro eixo de análise, palavras-chave mais utilizadas, destacamos “trabalho docente” utilizada em 26 dissertações e 11 teses, tendo ainda, este último formato, a mesma quantidade de registros da palavra-chave “precarização”.

Em ordem decrescente, “precarização” está em 25 dissertações e “ensino superior” em 6 teses, “neoliberalismo” em 11 dissertações e “políticas educacionais” em 4 teses, “educação” em 9 dissertações, e “educação”, “neoliberalismo”, “professores temporários”, “relações de trabalho” e “trabalho” em 3 teses. Fechando, temos “política educacional” em 7 dissertações, e “adoecimento docente” e “serviço social” em 2 teses.

No quarto eixo de análise, referências mais utilizadas, temos “O capital: crítica da economia política” de Marx (1983; 2003) em 34 dissertações e 17 em teses (1990), seguido por “Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses” de Antunes (2011) e “Lei 9.394,

20 de dezembro de 1996" (Brasil, 1996) em 25 dissertações cada, e "Lei 9.394, 20 de dezembro de 1996" (Brasil, 1996) em 14 teses. Logo após, "A educação para além do capital" de Mészáros (2005) em 21 dissertações e "Os sentidos do trabalho" de Antunes (2009) em 12 teses. Na sequência, "Constituição (1988)" de Brasil (1988) em 20 dissertações e "Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses" de Antunes (1995) e "Constituição (1988)" Brasil (1988) em 10 teses cada. Temos ainda "A reestruturação do trabalho docente" de Oliveira (2004) em 17 dissertações, e "Lei 13.005, 25 de junho de 2014" Brasil (2014) e "A ideologia alemã" de Marx e Engels (1980) em 9 teses cada.

Finalmente, no quinto e último eixo de análise, autores mais utilizados, destacamos o uso abundante de documentos legais com "Brasil", estando 321 vezes em dissertações e 248 em teses. Logo depois, as obras de Antunes 120 vezes em dissertações e 90 em teses. Seguidas das obras de Oliveira e Marx, respectivamente, 116 e 90 vezes em dissertações, alternando com obras dos mesmos autores, mas na ordem inversa, Marx e Oliveira, 72 e 42 vezes em teses. Por fim, Frigotto 49 vezes em dissertações e 38 em teses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que a precarização do trabalho docente no Brasil é um fenômeno profundamente relacionado ao avanço das políticas neoliberais e à reestruturação das relações produtivas no campo educacional, interessando as mais diversas áreas.

Todas as referidas áreas aludidas anteriormente estão refletidas nos 76 trabalhos encontrados, entre teses, dissertações e relatórios, no período de análise (2014-2024), produzidos nos mais variados programas de pós-graduação de nosso país.

Dessa forma, agrupando os resultados, concluímos ainda que, nas publicações por ano, mesmo com um relativo aumento nas produções de 2014 a 2015, houve manutenção de 2016 a 2020, denotando estabilidade e consistência dos programas, que, mesmo com o impacto da Pandemia de Covid19 em 2020, não atrapalhou o início da curva de crescimento em 2021, e sua retomada em 2023, ano da maior produção no período.

Nas publicações por região, constatamos que a região sudeste foi a que mais produziu, seguida da região nordeste, que está à frente da região sul, acompanhada de perto pelas regiões centro-oeste e norte do Brasil.

Nas publicações por palavras-chave, constatamos que, para além dos descritores utilizados, outros termos aparecem, como: educação, ensino superior, política

educacional, professores temporários, trabalho, relações de trabalho, adoecimento docente e serviço social, reforçando nosso contexto de pesquisa e suas consequências.

Nas publicações por referências, constatamos "O capital: crítica da economia política" de Marx, como a obra mais utilizada, reforçando o rumo dos pesquisadores frente à problemática em questão, além da LDB e da nossa Constituição de 1988.

Nas publicações por autores, constatamos o compromisso dos pesquisadores em confrontar pesquisas analisadas e perspectivas sócio-educacionais, tanto pela legislação utilizada, quanto por obras de importantes autores: Antunes, Oliveira, Marx e Frigotto.

Assim, tanto a consolidação de práticas de desvalorização de professores, quanto o surgimento de movimentos contra-hegemônicos, reafirmam a centralidade deste na construção de uma educação emancipatória, ratificando a importância de abrirmos os olhos ao mundo que está a nossa volta, para que possamos impedir retrocessos.

Para tanto, faz-se necessário enfrentarmos tal precarização, repensando o sentido social do ser professor, reconstruindo laços coletivos e fortalecendo políticas públicas que assegurem autonomia, valorização e as condições dignas de trabalho.

Palavras-chave: Precarização, Trabalho Docente, Neoliberalismo, Revisão Bibliométrica, BDTD.

AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa foi realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Rede Nordeste de Ensino (Renoen - Polo IFCE), da Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC/CE) e, em especial, do Grupo de Pesquisa em Trabalho, Educação e Ensino (GPTE/IFCE), que nos deu a oportunidade acadêmica de discutir sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho.** 15 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

APPLE, Michael. **Educação e poder.** Porto Alegre: Artmed, 2017.

BALL, Stephen. **Performatividade e cultura escolar: políticas educacionais, accountability e gestão.** Porto Alegre: Penso, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei 9.394, 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Lei 13.005, 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Brasília: Diário Oficial da União, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 2019.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação.** Petrópolis: Vozes, 2021.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público.** São Paulo: Boitempo, 2019.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 1983.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã.** 4. ed. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes: 1980.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

OLIVEIRA, Dalila A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade,** Campinas, v. 25, n. 89, p. 1.127-44, 2004.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** Campinas: Autores Associados, 2017.